

NOTAS INICIAIS SOBRE A FUNDAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE MUZAMBINHO - ESEFM (1969 -1974)

Mateus Camargo Pereira

Lena Pacheco dos Santos

Jair Matias

SusanyCristiny Hipólito da Silva

RESUMO

O presente artigo tematiza o processo inicial de criação da Escola Superior de Educação Física de Muzambinho (ESEFM), discorrendo sobre os antecedentes de sua criação (1969) e sobre a primeira turma da faculdade (1971). Referenciados no trabalho de Lemos (1999) e na perspectiva histórica de Le Goff (2003), tratamos de analisar uma série de documentos escritos e entrevistas com sujeitos participantes da primeira turma de professores e alunos da faculdade. Desta forma, buscamos ampliar o olhar acerca da fundação da instituição de formação de professores de educação física do Sul de Minas Gerais, trazendo ao debate novas referências para além da sistematização realizada pelo trabalho de Lemos (1999). Concluimos que o processo de criação da faculdade foi marcado por ações de grande participação da comunidade de Muzambinho, favorecida pelo momento favorável à criação de faculdades privadas no país. Ainda assim, tal processo foi marcado por diversas dificuldades e imprevistos.

PALAVRAS-CHAVE: ESEFM; história da educação física; Sul de Minas Gerais.

INTRODUÇÃO

A Escola Superior de Educação Física de Muzambinho (ESEFM) foi fundada em 1971, constituindo-se na segunda faculdade de educação física de Minas Gerais. Antecedida somente pela faculdade instalada em Belo Horizonte (atual UFMG), funcionou durante aproximadamente 40 anos até ser federalizada pelo governo. Desde então, compõe o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS) - campus Muzambinho. Como instituição privada, administrada pela Fundação Educacional de Muzambinho (FEM), formou aproximadamente 2300 professores, ofertou cursos de pós-graduação lato sensu, promoveu simpósios e congressos e atendeu a comunidade em dezenas de projetos de extensão. Tal instituição, sediada numa cidade que nunca superou os 20 mil habitantes, foi criada através da mobilização da sociedade muzambinhense, patrocinadora do sonho de Wilian Peres Lemos e Lia Mara Zaghi, dois professores recém formados em Belo Horizonte oriundos da região. Ambos, agregados a duas autoridades altamente reconhecidas na cidade, o pároco frei Rafael Zevenhovem e o médico Antero Veríssimo da Costa, conseguiram mobilizar a cidade para seu intento. Um contexto favorável se apresentava, segundo Lemos (1999), principalmente a quase inexistência de profissionais formados na região e a crescente demanda por professores nas escolas. A essas particularidades somava-se um contexto favorável ao crescimento da educação física no Brasil no período, como afirma Taborda de Oliveira (2000:19):

A reforma universitária de 1968 (Lei 5.540/68) expande a oferta de vagas nos cursos superiores, o que incrementaria a formação de profissionais de Educação Física; paralelamente o governo investia na formação de quadros em caráter de emergência, definia uma política setorial para a área de Educação Física e Esportes, legislava exclusivamente sobre a matéria, de forma a dotá-la de um aparato legal diferenciado (Lei 5.692/71, art., 7º; Decreto 69.450/7), incrementava uma política de publicação e circulação de idéias sobre essa área, da qual a *Revista* é o melhor exemplo, fomentava a pesquisa e a pós-graduação em Educação Física no Brasil. Por outro lado, a corporação dos especialistas organizava-se; emergiam os programas municipais e estaduais para a área; consolidava-se a influência do esporte sobre as práticas escolares; a Educação Física ganhava uma certa autonomia no interior da instituição escolar; debatia-se sobre o seu estatuto científico e sobre as suas implicações pedagógicas; expandiam-se as competições com um caráter pretensamente “formativo” – competições intraescolares, Jogos Escolares, Jogos Escolares Brasileiros (JEBs) e Jogos Universitários Brasileiros (JUBs). Ou seja, em um período entre aproximadamente dez e 15 anos a Educação Física brasileira conheceria uma expansão jamais vista na história brasileira.

OBJETIVOS

- Apresentar alguns dados iniciais sobre a criação da Escola Superior de Educação Física de Muzambinho (ESEFM).
- Discorrer sobre a primeira turma da ESEFM e sobre algumas características do curso que se iniciou em 1971: vestibular, locais das aulas, matriz curricular, formação diferenciada para homens e mulheres.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a realização deste trabalho foram consultadas as seguintes fontes referentes à ESEFM armazenadas no acervo do Centro de Memória da Educação Física, Esporte e Lazer do IFSULDEMINAS – campus Muzambinho: a) Dissertação de mestrado de Wilian Peres Lemos, intitulada “A escola superior de educação física de Muzambinho no contexto da educação física brasileira”; b) entrevistas de Lia Mara Zaghi e Ivan Antonio de Freitas, respectivamente fundadora, ex-diretora e ex- professora da escola e ex-aluno da primeira turma, ex-professor da ESEFM, ex-presidente da FEM; c) pastas de documentos dos estudantes da primeira turma; d) atas e outros documentos administrativos da escola.

As fontes foram analisadas vislumbrando a ampliação do olhar sobre os fatos narrados no trabalho de Lemos (1999), além de tematizar assuntos não abordados no referido trabalho, especificamente em relação à primeira turma.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA-HISTORIOGRÁFICA

Para discorrer sobre os primórdios da ESEFM é obrigatória a referência ao trabalho de LEMOS (1999), um dos fundadores, professor e diretor da faculdade por quase todo o seu período de existência. Rica em informações sobre o processo, o trabalho referencia-se nas impressões de seu autor, sujeito da história relatada, amparado por documentos e fotos dos assuntos abordados ao longo da dissertação. Entretanto, o próprio autor faz uma ressalva:

Esta é a primeira tentativa de contar a história da criação da ESEFM e relatar alguns aspectos do seu desenvolvimento. Muito há que se fazer ainda, principalmente quanto a outras pessoas que também foram atores desta jornada. Mas isto fica para outra oportunidade ou para outro “contador de histórias” (LEMOS, 1999:59).

No campo da teoria histórica, referenciamos-nos nas formulações de Le Goff (2003), quando refere-se ao método de análise documental:

Hoje, o método seguido pelos historiadores sofreu uma mudança. Já não se trata de fazer uma seleção de monumentos, mas sim de considerar os documentos como monumentos, ou seja, colocá-los em série e tratá-los de modo quantitativo; e, para, além disso, inseri-los nos conjuntos formados por outros monumentos. (...) Enfim, tendo em conta o fato de que todo documento é ao mesmo tempo verdadeiro e falso trata-se de pôr à luz as condições de produção e de mostrar em que medida o documento é instrumento de um poder. (2003:525).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

1. A criação da FEM

Segundo Lemos (1999) a Fundação Educacional de Muzambinho (FEM) foi criada em 02 de junho de 1969. Era uma entidade filantrópica e seus diretores e sócios não poderiam receber salários. Segundo Lemos (1999:40) seus objetivos eram:

Criar, instalar e manter, sem finalidade lucrativa, estabelecimentos de ensino superior, nos termos da legislação que rege a matéria, de forma a elevar o nível cultural e educacional da região em que se situa o município de sua sede; criar e manter serviços assistenciais que beneficiem os estudantes; e efetivar providências no sentido de se tornar o ensino mais ajustado aos interesses e possibilidades dos estudantes, bem como as reais condições e necessidades do meio.

Estava dada a largada para a instalação da faculdade de educação física na cidade, pois segundo a Lei 5540/68 (conhecida como lei da Reforma Universitária) as instituições de ensino privadas originadas a partir de então deveriam ser geridas por fundações. Dirigida pelo médico Antero Veríssimo da Costa, a FEM contava com 200 sócios fundadores, dos quais 80 participaram da assembleia de fundação, na qual foi aprovado seu estatuto. Contava com um patrimônio inicial de 20 mil cruzeiros novos, sendo 10 mil doados pela prefeitura municipal - a partir de lei específica (lei 673, de 18/11/1968) - e 10 mil doados pelos sócios fundadores. Além desse recurso a fundação recebeu da paróquia a doação de um prédio, sediado na Praça Pedro Alcântara Magalhães (Praça dos Andradas), inadequado para o funcionamento da faculdade. Durante cerca de 2 anos, os membros da FEM movimentaram-se junto ao Conselho Federal de Educação (CFE) no sentido de atender as demandas exigidas para a instalação do curso de educação física. Tais exigências eram a apresentação de matriz

curricular, corpo docente, biblioteca, laboratório, regimento, previsão orçamentária dos primeiros 3 anos de funcionamento, reestruturação do patrimônio da Fundação (considerado irrisório pela relatoria do processo) etc.

A comissão verificadora enviada pelo CFE à cidade era composta por 3 membros. Entre eles, um dos principais incentivadores e apoiadores da criação da faculdade de educação física e ex-professor de Wilian e Lia Mara. Era o diretor da escola de educação física da UFMG, Hebert de Almeida Dutra. Segundo Lia Mara, na ocasião do seu casamento com Wilian, em Cabo Verde, em 1968, o professor Hebert foi informado da intenção de criarem uma faculdade no Sul de Minas. Na ocasião, ainda que os alertasse sobre as dificuldades da abertura de uma instituição de ensino superior, manifestou total apoio à empreitada. Vencidas as exigências, o Conselho Federal de Educação autorizou o funcionamento do curso através do parecer 379, no dia 01 de junho de 1971.

2. A seleção da primeira turma

Criada a faculdade, tornava-se necessária a seleção dos estudantes para a primeira turma. Inscreveram-se para o vestibular cerca de 100 pessoas para 80 vagas disponíveis (Lemos, 1999). Os inscritos eram majoritariamente de Muzambinho. O primeiro vestibular foi realizado nos dias 19, 20 e 21 de Julho de 1971. Corroborando com a perspectiva hegemônica de educação física à época, baseada nos parâmetros da aptidão física e centrada na idéia de se formarem professores divulgadores de técnicas esportivas, havia uma prova de habilidades específicas e uma prova teórica. De acordo com Ivan Antônio de Freitas, ex-aluno e professor da ESEFM, em entrevista concedida aos membros do CEMEFEL em janeiro de 2012, a prova prática constituía-se de um circuito cronometrado com corridas, saltos em altura, salto em distância, abdominal, flexão de braço, flexão de joelhos e natação. Esta última foi realizada na piscina da praça de esportes, a única piscina pública da cidade. A esse respeito Lemos (1999:51) ressalta que “[...] parecia que uma grande competição ia ter início. As arquibancadas ficaram lotadas por um público que se divertiu a valer, principalmente quando o candidato não sabia nadar e tinha que, pelo menos, mergulhar seu corpo e apanhar um objeto no fundo da piscina [...]”

As mulheres realizavam as mesmas provas de habilidades básicas, porém, a pontuação exigida em cada atividade era diferente.

Segundo o livro de atas do vestibular de 1971, ao final do processo foram classificados 51 mulheres e 49 homens. As notas das mulheres variaram de 7,58 a 3,95. As notas dos homens variaram de 7,76 a 3,5. Interessante notar que número expressivo de homens (15) e mulheres (16) tiveram uma média menor que 5. Entretanto, conferindo o nome dos formandos de 1974 no livro de atas de colações de grau, encontramos diversos nomes de alunos que não obtiveram a nota média. Entretanto, postulamos a hipótese de que a necessidade capitalizar o novo curso tenha determinado um crivo menos rígido para a seleção. Ou seja, ainda que a perspectiva da aptidão estivesse presente como paradigma para a área também na nova escola, as necessidades locais fizeram com que fosse tratada de forma menos draconiana.

2. A matriz curricular e a separação de gêneros

Ainda segundo Lemos (1999) a carga horária do novo curso era formada majoritariamente por disciplinas desportivas. A matriz curricular da ESEFM podia ser cumprida em seis períodos, totalizando três anos e uma carga horária total de 1800 horas/aulas. Segundo os históricos escolares do curso de educação física disponíveis no acervo do CEMEFEL/IFSULDEMINAS – Campus Muzambinho, o currículo para os alunos do gênero masculino era diferente do currículo organizado para as mulheres. A tabela abaixo ressalta esta diferenciação, onde “M” são as disciplinas que aparecem no currículo específico para os homens e “F” são as disciplinas que aparecem para as mulheres. As demais disciplinas eram comuns:

| 1° Período | 2° Período | 3° Período | 4° Período | 5° Período | 6° Período |
|------------|----------------------|------------|---------------|--------------------------|-------------------------------------|
| Anatomia | Anatomia II | Biometria | Cinesiologia | Estágio Supervisionado I | Estrutura e Funcionamento de ensino |
| Biologia | Socorros de urgência | Fisiologia | Fisiologia II | Ginástica Geral I (F) | Treinamento Esportivo |

| | | | | | |
|--------------------------|---------------------------|----------------------------|---------------------------|------------------------------------|-------------------------------------|
| Higiene | Didática Geral e Aplicada | Psicologia I | Psicologia II | Ginástica Moderna IV (F) | Basquete II |
| Introdução à Educação | Ginástica Geral II (F) | Ginástica Geral III (F) | Ginástica Geral IV (F) | Basquete I | Recreação |
| Atletismo I | Ginástica Moderna I (F) | Ginástica Moderna II (F) | Ginástica Moderna III (F) | Ritmica III (F) | Ritmica IV (F) |
| Voleibol I | Atletismo II | Ritmica | Ritmica II (F) | Natação II | Estagio Supervisionado II |
| Ginástica Geral I (F) | Voleibol II | Ginástica Geral II (M) | Natação I | Estudos de Problemas Brasileiros I | Estudos de Problemas Brasileiros II |
| Ginástica Olímpica I (M) | Ginástica Olímpica II (M) | Ginástica Olímpica III (M) | Handebol | Futebol I (M) | Futebol II (M) |
| ----- | Ginástica Geral I (M) | ----- | Ginástica Olímpica IV (M) | Ginástica Olímpica V (M) | ----- |
| ----- | ----- | ----- | Ginástica Geral III (M) | Ginástica Geral IV (M) | ----- |
| ----- | ----- | ----- | Judô (M) | ----- | ----- |

Segundo Zaghi (2011) a disciplina Rítmica, como apresenta a tabela, era específica para mulheres enquanto o futebol (de campo e salão) era específico para homens. Freitas (2012:26) confirma a informação: *“Judô só pra homens, mulher não podia nem assistir, tinha esse negocio tinha aula que era só pra mulher outras só pra homem, tudo separado”*. A nova faculdade corroborava com a cultura sexista socialmente legitimada, reproduzindo uma prática corporal e esportiva que se pautava por pretensas diferenças biológicas para determinar o que seria típico do masculino e do feminino. 4. Um curso marcado por alguns improvisos

4. Um curso marcado por improvisos

O processo de criação e implementação da faculdade foi marcado por alguns imprevistos. A ESEFM não possuía espaço próprio para as aulas e as práticas eram realizadas em locais diferentes. Ainda que a cidade não fosse grande a ponto de exigir um transporte rodoviário, o deslocamento para tantos locais diferentes consistia numa dificuldade significativa aos estudantes. De acordo com Zaghi (2011) cada disciplina era realizada em um local: as aulas de voleibol em uma quadra no mesmo prédio onde funcionava a escola; já as de basquete eram desenvolvidas no Colégio Salatiel de Almeida; as de atletismo aconteciam num terreno comprado pela Fundação, distante dos locais anteriores. Por fim, as aulas de natação eram realizadas na Praça de Esportes de Muzambinho e de futebol no Estádio Municipal Professor Antonio Milhão. Segundo Zaghi (2011:40) *“a prefeitura emprestava esses lugares todos, a praça de esportes cedia a piscina, campo também cedeu muitas vezes pra nós [...] e a gente tinha uma quadra interna pequeninha, onde fazia ginástica rítmica”*.

Outro imprevisto nos foi relatado por Ivan Antônio de Freitas, em entrevista dada ao CEMEFEL em janeiro de 2012. Como era professor de judô e não havia professor habilitado nos quadros da faculdade, o entrevistado, à época estudante do 2º ano da faculdade, ministrou a disciplina para os colegas de sua própria turma. Seu nome constava na lista de alunos que cursavam a disciplina, mas ele foi responsável por dar uma nota a si mesmo. Um professor do quadro da faculdade assinava como responsável pela disciplina.

Outra situação bastante anacrônica se deu quando do processo de reconhecimento do curso de licenciatura, logo após a formatura da 1ª turma, em 1974. O CFE indicou um conselheiro que exigia a existência de um laboratório de biologia. Segundo Lemos (1999:51)

O processo foi baixado em diligência através de uma exigência que nos surpreendeu, a qual qualificamos de descabida. Tratava-se da exigência de um laboratório de biologia, com microscópios, pipetas e outros aparelhos, mais adequado a um curso de biologia.

Para resolver a questão foi montado um laboratório provisório, com equipamentos emprestados pelo Colégio Agrícola Federal, sediado na cidade, e por animais empalhados por um colecionador da cidade de Passos, que era irmão de um professor de Muzambinho, e que aceitou emprestar sua coleção pessoal para o laboratório provisório.

A comissão verificadora visitou a instituição, atestou a existência do laboratório e emitiu parecer favorável ao reconhecimento da faculdade em 10 de abril de 1975, através do decreto número 75587.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho ocupou-se em descrever os passos iniciais para a criação e funcionamento da ESEFM, entre 1969 a 1974. Iniciada do sonho de dois professores recém formados, a empreitada foi assumida pela sociedade muzambinhense quando duas autoridades da cidade emprestaram seu prestígio ao intento. Tais características, somadas ao momento favorável para a abertura de faculdades particulares no país, permitiram que a ESEFM surgisse no cenário nacional como a segunda faculdade de educação física de Minas Gerais. A criação da faculdade, produto de um sonho, ações coletivos e alguns improvisos. Ainda que houvesse uma linha política incentivadora da iniciativa privada para o ensino superior no Brasil, não era fácil cumprir os requisitos para a abertura de instituições privadas de ensino superior, ainda mais em cidades do interior e de pequeno porte, como Muzambinho. Iniciamos o debate sobre esse processo como parte do esforço em compreender o processo de interiorização da educação física em Minas Gerais, especialmente em sua região Sul. Entender em que condições e sob que referências foram formados os primeiros professores de educação física da região representa um passo importante para a identificação das características da prática pedagógica até os dias atuais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

TABORDA de OLIVEIRA, M. A. *A Revista Brasileira de Educação Física e Desportos (1968–1984) e a experiência cotidiana de professores da Rede Municipal de Ensino de Curitiba: entre a adesão e a resistência*. Tese de doutorado. PUC-SP. 2000.

BLOCH, M.: *Introdução à história*. Publicações Europa-América. 6a edição Coleção Saber. Portugal. 2002.

Escola Superior de Educação Física de Muzambinho (ESEFM) - livro de atas do vestibular de 1971 a 1992. No. 01.

Escola Superior de Educação Física de Muzambinho (ESEFM) - livro de atas para entrega de certificados de colação de grau. 1974. No 01.

FREITAS, Ivan Antônio de. Entrevista concedida ao CEMEFEL- IFSULDEMINAS – campus Muzambinho em 26 de janeiro de 2012. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais.

LE GOFF, J. História e Memória. Campinas-SP, Editora da Unicamp, 2003, 4ª edição.

LEMOS, W. P. *A Escola Superior de Educação Física de Muzambinho no contexto da educação física brasileira*. Dissertação de mestrado. Campinas: UNICAMP, 1999.

ZAGHI, Lia Mara. Entrevista concedida ao CEMEFEL- IFSULDEMINAS – campus Muzambinho em 24 de novembro de 2011. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais.

1º autor – mestre em educação. Professor EBTT do IFSULDEMINAS campus Muzambinho.

Demais autores – licenciandos em educação física. IFSULDEMINAS – campus Muzambinho.

Trabalho não financiado.

Contato: mateus.pereira@eafmuz.gov.br